

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 8, Número 1, Maio de 2019

**O que aconteceu com as
democracias da terceira onda?**

Scott Mainwaring e Fernando Bizzarro

**Três duras verdades sobre
as redes sociais**

Ronald J. Deibert

**Como a inteligência artificial
está transformando a repressão**

Steven Feldstein

Como os populistas venceram na Itália

Roberto D'Alimonte

**A gênese de 2013:
formação do campo patriota**

Angela Alonso

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Diego Abente Brun
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Otávio Dias
Beatriz Kipnis

Apresentação

Os cinco artigos desta edição do *Journal of Democracy em Português* trazem *insights* sobre os rumos da democracia em um mundo impactado pela influência crescente das tecnologias digitais, entre elas as redes sociais e a Inteligência Artificial, e pela recente chegada ao poder de movimentos ou políticos de tendência antiliberal em países como Itália e Brasil.

Em “O que aconteceu com as democracias da terceira onda?”, Scott Mainwaring e Fernando Bizzarro, ambos da Universidade Harvard, oferecem uma análise abrangente de 91 transições democráticas (em 79 países, pois alguns viveram mais de uma transição) ocorridas entre 1974 e 2012. A evolução de cada uma delas foi classificada em cinco categorias: avanço, estagnação, retrocesso ou colapso e alguns (poucos) casos que já partiram de um grau elevado de democracia, mas não avançaram significativamente no período.

Segundo os autores, que se basearam em dados da pesquisa *Variedades da Democracia (V-Dem)*, os resultados mais comuns foram colapso ou estagnação, que, somados, representam 62 dos 91 casos. “Os casos de aprofundamento democrático substancial resultando em democracias liberais robustas são exceções isoladas”, afirmam. O Brasil é classificado entre os que tiveram avanço, com a ressalva de que o país vem enfrentando grandes desafios políticos.

Mas o que leva uma democracia a se consolidar, estagnar ou ruir?, perguntam. “Os fatores que podem reduzir as chances de colapso e aumentar as de avanços democráticos incluem um nível mais alto de desenvolvimento e desempenho econômico, maior capacidade estatal, a existência de países vizinhos democráticos e um passado democrático.”

No segundo artigo, o cientista político Ronald J. Deibert (Universidade de Toronto) expõe o que ele chama de “três duras verdades sobre as redes sociais”: (1) o modelo de negócio das redes está baseado na vigilância profunda e incansável dos dados pessoais dos consumidores; (2) voluntária e conscientemente toleramos esse nível desconcertante de vigilância; e (3) as redes sociais não apenas não são incompatíveis com o autoritarismo como, na prática, estão se mostrando uma de suas ferramentas mais efetivas.

“Somadas, essas três verdades pintam um quadro bastante sombrio da atual realidade social e política e pressagiam um futuro ainda mais sombrio”, diz o canadense, que propõe uma reforma de longo prazo, estendendo-se do pessoal ao político, do local ao global, para restaurar a democracia liberal. “O mundo clama por inovações tecnológicas que ampliem as possibilidades para além das plataformas altamente centralizadas, intensamente vigiadas e facilmente instrumentalizadas pelos gigantes das redes sociais”, escreve.

O terceiro texto, de Steven Feldstein, pesquisador do Fundo Carnegie para a Paz Internacional, revela o potencial da Inteligência Artificial (IA) como instrumento de repressão e controle por parte de regimes iliberais. “Essa é a simplicidade elegante da repressão por meio de IA: ela requer uma quantidade consideravelmente menor de atores humanos que a repressão convencional, menos perseguição física e menos recursos financeiros. E, no entanto, pode ter um impacto mais amplo e sistemático”, afirma. Segundo o autor, esta nova tecnologia terá grande impacto na política global, pois “à medida que a IA provar seu valor repressivo para as autocracias, outros governos poderão começar a imitá-las”.

Os dois últimos artigos da presente edição enfocam os processos políticos que desembocaram na eleição de governos de tendência politicamente antiliberal na Itália (março de 2018) e em seguida no Brasil (outubro de 2018).

Em “Como os populistas venceram na Itália”, o cientista político italiano Roberto D’Alimonte explica a trajetória de ascensão ao poder do Movimento Cinco Estrelas (M5S) e da Liga (antiga Liga Norte), que, apesar de consideráveis diferenças de origem e programáticas, hoje são sócios no governo em Roma. “Apesar de tentativas dos últimos governos de realizar reformas, houve um aprofundamento da sensação de que há uma lacuna separando as elites econômicas e políticas do resto da população. A Liga e o M5S souberam aproveitar esse descontentamento ao prometer mudanças radicais”, escreve o professor da Universidade LUISS Guido Carli, para quem “a volatilidade eleitoral tem sido a norma na Itália” e o país deve “permanecer no limbo por um bom tempo”.

Em artigo inédito para o *Journal of Democracy em Português*, a socióloga Angela Alonso (USP) analisa a gênese do que ela chama de “campo patriota”, que se esboça no governo Lula (2003-2010), emerge nas manifestações de junho de 2013 e ganha força em 2015 e 2016, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (2011-2016). “Ao longo desta mobilização intermitente, a rua passou da coexistência entre campos diferentes (o ‘autonomista’, o ‘socialista’ e o ‘patriota’) para o confronto entre frentes inimigas, com desfecho dramático na eleição de (Jair) Bolsonaro”, escreve a pesquisadora e ex-presidente do Cebrap.

“A insistência no simbolismo nacionalista, no combate à corrupção administrativa e de costumes e no antipetismo firmaram o campo político patriota. Este iceberg apareceu naquele junho de 2013. Foi festejado como primavera, mas era o começo do inverno”, afirma Alonso.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

Como os populistas venceram na Itália

Roberto D'Alimonte

Roberto D'Alimonte é professor de ciência política da Universidade LUISS Guido Carli (Roma) e diretor do Centro Italiano de Estudos Eleitorais. Leciona no campus de Florença da Universidade de Nova York e foi professor-visitante nas Universidades Yale e Stanford.

Em 4 de março de 2018, um vento de mudança varreu o cenário político da Itália, com impacto no resto da Europa. As eleições parlamentares de pouco mais de um ano atrás fizeram da Itália o primeiro país da Europa Ocidental com uma maioria populista. E o governo que resultou desta maioria enfrenta agora uma disputa com a União Europeia (UE) em torno do orçamento nacional italiano: os novos líderes populistas planejam um aumento dos gastos públicos (e, consequentemente, do endividamento) que autoridades da Zona do Euro alegam ser incompatível com as obrigações fiscais da Itália, segundo as regras da união monetária.

No momento em que este texto estava sendo escrito, no início de dezembro de 2018, o confronto entre Roma e Bruxelas (sede da UE) permanecia sem solução. O objetivo do artigo é analisar a trajetória percorrida pela Itália até chegar ao ponto em que se encontra. No pleito de março do ano passado, o eleitorado simpático a ideias populistas foi representado não por um, mas por dois partidos que conquistaram cerca de 50,3% do total de votos populares e, com isso, 56% dos 630

* Publicado originalmente como “How the Populists Won in Italy”, *Journal of Democracy*, Volume 30, Número 1, Janeiro de 2019. © 2018 National Endowment for Democracy and Johns Hopkins University Press

assentos da Câmara dos Deputados, a câmara baixa do Parlamento Italiano.¹ Os eleitores fizeram do Movimento Cinco Estrelas (M5S), liderado por Luigi Di Maio, um político de 32 anos, o maior partido tanto na Câmara (com 227 das 630 cadeiras) como no Senado (com 112 das 315 cadeiras). A agremiação Liga (originalmente conhecida como Liga Norte) emergiu das eleições como o segundo maior partido da Câmara, com 125 assentos. Em 1º de junho de 2018, a Liga, liderada por Matteo Salvini, se aliou ao M5S para formar o atual governo.

Os quase três meses de intensa negociação entre os dois partidos resultaram em uma formação ministerial inusitada. O primeiro-ministro é Giuseppe Conte, professor de Direito filiado mas de fato pouco envolvido com o M5S. Sua equipe é formada por uma mistura de políticos populistas e de tecnocratas, sendo esses últimos uma escolha para tentar aplacar as críticas da UE e do mercado financeiro (italiano e internacional). Os tecnocratas ocupam postos-chave, como o Ministério das Relações Exteriores (Enzo Moavero Milanese) e o Ministério da Economia (Giovanni Tria). Di Maio (M5S) e Salvini (Liga) se tornaram vice-primeiros-ministros, sendo que o primeiro também ocupa o cargo de Ministro do Interior.

Outra parte dessa história é como os principais partidos de centro-esquerda e de centro-direita — respectivamente, o Partido Democrático (PD) e a Força Itália, partido de Silvio Berlusconi — perderam mais de 5 milhões de eleitores em relação às eleições anteriores. Continuam tendo uma força significativa na Câmara onde, juntos, detêm mais de um terço das cadeiras (o PD possui 111 e a Força, 105), mas ambos estão fora do governo.

O prenúncio da atual onda populista italiana se deu no início dos anos 1990, quando o descontentamento da população com a corrupção em larga escala (revelada pela Operação Mãos Limpas) destruiu o sistema partidário italiano que existia anteriormente, resultando na criação de diversas novas agremiações, entre eles a Força Itália (fundada

em 94 por Berlusconi). Com seu estilo personalista e suas ardilosas estratégias de comunicação, o empresário, magnata da mídia e dono de clube de futebol se beneficiou do vácuo resultante e acabou se tornando primeiro-ministro. Foi a primeira vez que a Itália flertou com o populismo no período pós-Segunda Guerra Mundial.

Já a atual onda populista resulta da incapacidade dos partidos que estiveram no poder recentemente de superar o crônico mal-estar econômico que o país vivencia há vários anos (e em especial após a crise financeira global de 2008), composta por uma combinação de baixo crescimento, altas taxas de desemprego e crescente desigualdade social. Apesar de tentativas dos últimos governos de realizar reformas, houve um aprofundamento da sensação de que existe uma lacuna separando as elites econômicas e políticas do resto da população. A Liga e o M5S souberam aproveitar esse descontentamento ao prometer mudanças radicais.

A história política recente da Itália pode parecer familiar a outros países, mas apresenta dois aspectos incomuns. Pela primeira vez, um movimento impulsionado principalmente por ações na internet, caso do M5S, chega ao poder em um importante país (e em uma das maiores economias) do Ocidente. Outra novidade: também pela primeira vez um partido regional e secessionista, a Liga Norte, consegue se nacionalizar, transformando-se em paladino da soberania italiana (em relação à União Europeia).

Pouco antes das eleições de 2018, o Parlamento italiano havia aprovado novas regras eleitorais, que mesclam critérios majoritários e proporcionais. Cerca de um terço dos assentos na Câmara e no Senado é preenchido por um sistema distrital de maioria simples. Os outros dois terços são distribuídos entre todos os partidos que receberem ao menos 3% da votação total nacional. A existência de vagas distritais favorece coalizões pré-eleitorais.

Fundado em 2007, o Partido Democrático (PD), que esteve no poder entre 2013 e 2018, se juntou a três pequenas agremiações para formar um bloco de centro-esquerda, enquanto a Liga e a Força Itália formaram um bloco de centro-direita com uma pequena agremiação centrista e o partido de direita Irmãos de Itália (FdI). Disputando sozinho, como sempre fez desde sua fundação em 2009, estava o M5S.

Tabela: Resultado das eleições gerais da Itália de 2018

Fontes: Suprema Corte; Ministério do Interior; Centro Italiano de Estudos Eleitorais (CISE).

Notas: A coluna "Proporcional" mostra os assentos preenchidos por eleição proporcional; a coluna "Distrital" mostra os assentos preenchidos pelo voto distrital de maioria simples.

* Coalizão eleitoral entre FI, FdI e um movimento local no Vale de Aosta.

** Coalizão eleitoral entre PD e partidos étnico-regionalistas no Vale de Aosta.

Partidos e coalizões	Câmara dos Deputados					Senado				
	% votos	Proporcional	Distrital	Do exterior	Total	% votos	Proporcional	Distrital	Do exterior	Total
Centro-direita										
Liga (L)	17,3	73	50	2	125	17,6	37	21	-	58
Força Itália (FI)	14,0	59	43	1	103	14,4	33	22	2	57
Irmãos de Itália (FdI)	4,4	19	13	-	32	4,3	7	11	-	18
Nós com a Itália-UdC (NCI-UDC)	1,3	0	5	0	5	1,2	0	4	0	4
FI-FdI-Mov. Nuova Valle d'Aosta*	0,0	-	0	-	0	0	-	0	-	0
Total	37,0	151	111	3	265	37,5	77	58	2	137
Movimento 5 Estrelas (M5S)										
5 Estrelas (M5S)	32,7	133	93	1	227	32,2	68	44	0	112

Centro-esquerda										
Partido Democrático (PD)	18,8	86	21	5	112	19,1	43	8	2	53
+Europa	2,6	0	2	1	3	2,4	0	1	0	1
Juntos	0,6	0	1	-	1	0,5	0	1	-	1
Cívico Popular (CP)	0,5	0	2	0	2	0,5	0	1	0	1
SVP-PATT	0,4	2	2	-	4	0,4	1	2	-	3
PD-UV- -UVP- -EPAV**	0,0	-	0	-	0	0,1	-	1	-	1
Total	22,9	88	28	6	122	23	44	14	2	60
Livres e Iguais (LEU)	3,4	14	0	0	14	3,3	4	0	0	4
Outros	4,1	0	0	2	2	4	0	0	2	2
TOTAL	100	386	232	12	630	100	193	116	6	315

O tema da imigração ilegal, originária principalmente dos países da África sub-sahariana via Mar Mediterrâneo, foi central durante a campanha eleitoral. O desempenho impressionante da Liga pode ser explicado, em grande medida, pela posição fortemente contrária aos imigrantes ilegais assumida por seu líder, Salvini. O M5S seguiu o exemplo, enquanto o Partido Democrático e a Força Itália adotaram posições mais moderadas, que não se mostraram eleitoralmente vantajosas.

Mas também não faltaram, durante a campanha, promessas generosas sem muita preocupação com os limites ao gasto público na Zona do Euro. O M5S prometeu uma renda básica a todos os cidadãos italianos pobres. A Força Itália e a Liga propuseram uma profunda reforma fiscal baseada em um imposto de alíquota única. Tanto a Liga como o

M5S prometeram mudar as regras do sistema previdenciário para que os italianos pudessem se aposentar mais cedo.

Já o PD defendeu, sem sucesso, as políticas adotadas pelo ex-premiê Matteo Renzi (que liderou o governo entre 2014 e 2016), mais alinhadas às exigências da União Europeia e às regras da moeda comum.

Um sistema partidário em transformação

A breve história do M5S tem sido impressionante. Criado em 2009 pelo comediante e blogueiro Beppe Grillo em oposição a um sistema corrupto e com uma plataforma que enfatizava um estilo de democracia direta baseado na internet, conquistou 109 assentos na Câmara e 54 no Senado nas eleições de 2013. Foi o melhor desempenho eleitoral de um partido estreante em toda a Europa Ocidental. Em 2018, dobrou o número de cadeiras conquistadas no Parlamento.

Esse crescimento foi fruto do aumento da popularidade do movimento no sul da Itália, onde o percentual de votos do M5S aumentou de 27% para 43% entre 2013 e 2018. Além de ser uma região que sente fortemente o impacto da travessia ilegal de imigrantes pelo Mar Mediterrâneo, a proposta de renda cidadã provou-se bastante popular no sul do país, onde a taxa geral de desemprego chega a quase 20% e 50% dos jovens não têm ocupação. Entre os eleitores que migraram seu voto para o M5S estavam muitos dos que haviam anteriormente votado anteriormente no PD ou na Força Itália.²

A Liga foi o outro grande vencedor das eleições de 2018, com um salto de 4% para 17% do total de votos. Mais o que mais chamou atenção foi a expansão da Liga para além de seu eleitorado tradicional no norte da Itália, mais industrializado e rico. A Liga Norte já é o maior partido naquela região, com mais de um quarto dos votos (27%), mas desta obteve sucesso também no resto do país. No antigo “cinturão vermelho” composto pelas regiões de Emília-Romanha, Marcas, e

Toscana e Úmbria (região central do país), passou da minúscula votação de 1,5% em 2013 para 18%. E no sul da Itália, o antigo partido separatista do norte conquistou quase 8% dos votos.

Mais importante, a Liga ultrapassou a Força Itália como o principal partido do bloco de centro-direita. Em 2018, o partido de Berlusconi (que já governou o país em quatro oportunidades e está 82 anos) teve o pior desempenho de sua história, com menos de 14% dos votos. Uma década atrás, era o maior partido da Itália; hoje, tornou-se o menor dos quatro principais partidos, perdendo votos para a Liga ao norte e para o M5S ao sul. Claramente, o sistema partidário mudou. No campo da direita, a liderança passou para os populistas de uma linha mais radical que a de Berlusconi e sua Força Itália.

Além do bom desempenho do M5S e da Liga, outro resultado inesperado de 2018 foi o desempenho decepcionante do PD, que obteve apenas 19% dos votos, o pior resultado de sua curta história. Perdeu em todas as regiões do país e entre todos os segmentos do eleitorado, com exceção dos eleitores urbanos e aposentados. No “cinturão vermelho”, que costumava votar na centro-esquerda, terminou em segundo, atrás do M5S. Foi a primeira vez na história do pós-guerra que a esquerda não venceu nessa região.

Nos cinco anos que governaram o país, com três diferentes primeiros-ministros, os democratas fracassaram em muitas frentes. Matteo Renzi, primeiro-ministro de 2014 a 2016, antagonizou-se tanto com grupos de interesse organizados como com os eleitores em geral. Suas tentativas de reformas foram longe demais, rápido demais. Ele não foi capaz de reconhecer a profundidade da recessão iniciada com a crise financeira global de 2008 e a gravidade do desemprego, em particular entre os jovens. Subestimou o descontentamento dos eleitores com a imigração ilegal mesmo nas regiões que tradicionalmente costumavam votar mais à esquerda. Investiu enorme capital político em uma profunda reforma constitucional, que acabou rejeitada em um referen-

do realizado em dezembro de 2016, provocando sua renúncia logo em seguida.

As eleições de 2018 representaram outra etapa da transformação do sistema partidário iniciada em 2011. Entre 1994 e 2008, a competição eleitoral era basicamente esquerda contra direita, com alternância de poder entre algumas coalizões multipartidárias. Em 2011, Berlusconi renunciou ao cargo de primeiro-ministro pressionado por Bruxelas e pelo mercado financeiro. Um governo tecnocrático liderado pelo economista e ex-membro da Comissão Europeia (órgão executivo da União Europeia) Mario Monti assumiu seu posto. Seu gabinete tinha o apoio de todos os principais partidos do Parlamento, com exceção da Liga Norte.

Monti seguiu políticas de austeridade fiscal em respeito às diretrizes da UE, mas os resultados esperados no sentido de melhoria do ambiente econômico não vieram, abrindo caminho para a ascensão do M5S e da Liga. Eles se tornaram a voz daqueles que acusavam o governo italiano de ter sido imposto por Bruxelas e não representar os interesses do povo italiano.

Em 2013, o sucesso do M5S rompeu com o velho e praticamente bipolar sistema partidário. A votação de 2018 confirmou o novo padrão, agora baseado em pelo menos três forças eleitorais. O M5S se somou às coalizões de centro-direita e de centro-esquerda como uma força eleitoralmente viável. Mas será que esse sistema se mostrará estável? Parece improvável. A volatilidade eleitoral tem sido a norma na Itália há diversas décadas, e os atuais partidos não parecem estar fortemente institucionalizados e arraigados. Um grande número de eleitores mudou seu voto em um período curto de tempo criando a presente situação, e pode mudá-lo novamente.

Clivagens regionais — especialmente a lacuna entre o norte da Itália, mais rico, e o sul do país, mais pobre— ainda são expressivas. Há,

ainda, novas tensões, como aquelas que contrapõem partidos mais tradicionais (embora nenhum deles seja realmente antigo) a movimentos antissistema (tanto a Liga quanto o M5S são, cada um à sua maneira, avessos à política tradicional). E há também a disputa entre o governo populista formado pelo M5S e pela Liga, com seu plano de aumento do gasto público, e a UE (apoiada pelo mercado financeiro) com sua insistência na responsabilidade fiscal. A forma como essa disputa se desenrolará nos próximos meses e anos poderá alterar os alinhamentos políticos novamente.

O Movimento Cinco Estrelas: entre a utopia e o poder

“Abriremos o Parlamento como se fosse uma lata de atum”. Foi isso que disse Beppe Grillo pouco antes das eleições gerais de 2013. É uma declaração tipicamente populista. No entanto, “populista” não descreve o M5S por completo. Junto com o populismo há uma veia de utopismo que faz desse movimento um fenômeno político intrigante, perturbador e, em alguns aspectos, singular. Não resta dúvidas de que é uma das inovações políticas mais importantes do país desde que a Força Itália surgiu em 1994. Como o partido de Berlusconi, o M5S transformou a política italiana de maneira profunda ao desafiar os partidos existentes, a mídia tradicional e a própria democracia representativa.

Quando Grillo e o finado empreendedor da internet Gianroberto Casaleggio (1954–2016) fundaram o M5S em Milão em outubro de 2009, buscaram capitalizar a profunda desconfiança que os italianos sentiam em relação à classe política estabelecida.³ Os principais alvos eram os partidos e a mídia tradicionais, com base em uma proposta de democracia direta centrada na internet.

Ao longo da última década, o movimento cresceu com base em uma narrativa de condenação da corrupção e dos privilégios dos políti-

cos. Também defendia o financiamento público dos partidos políticos, limites para mandatos eletivos e a defesa do Estado de direito e da independência do Judiciário. Por fim, criticava a imprensa e as instituições europeias. Entretanto, desde que começou a conquistar cargos eletivos, no início nas municipalidades e depois no Parlamento, adquiriu muitas das características de um partido político. Seu sucesso de certa maneira o “normalizou”, embora ainda apresente diversas das características originais junto com as novas contradições.⁴

Sua organização interna é uma mistura original e conflitante de elementos antigos e novos. Atualmente, todos os partidos usam a internet. Mas, no caso do M5S, a rede não é simplesmente uma forma de comunicação e de mobilização — ela tem um papel central no movimento. Foi lá que o partido começou, com ativistas locais organizando-se por meio do site Meetup e do blog de Grillo. Em 2012, vieram as deliberações internas online. Quatro anos depois veio a nova plataforma online, chamada Rousseau, criada para engajar cidadãos comuns na vida das instituições públicas. Ela permite que membros definam candidaturas e temas, mas também interajam diretamente com representantes eleitos em todos os níveis de governo comentando sobre projetos de lei e sugerindo emendas.

Essa plataforma, no entanto, ficou aquém das ambições de seus fundadores. Ela não permite que seus usuários interajam “horizontalmente” entre eles, restringindo-os a interações “verticais” com os políticos eleitos. Seu uso declinou.⁵ No entanto, a mística da democracia direta sobrevive e constitui uma importante ferramenta de propaganda do M5S numa era de desencantamento com as elites tradicionais e as instituições representativas.

Aqui observamos uma clara contradição: Grillo nunca disputou nenhum cargo seja dentro do partido ou no governo, mas as regras intrapartidárias aprovadas em 2017 conferiram a ele o papel de “garantidor” supremo do movimento, que se traduz em poder de veto em

questões de quadros e decisões políticas do partido. Ao mesmo tempo, Casaleggio Associates, a empresa do finado cofundador, continua sendo a fonte de decisões estratégicas do M5S, incluindo definições de como a Rousseau é usada.⁶ A empresa e o movimento estão intimamente interligados.

O crescimento repentino e o aumento da popularidade do partido entre 2011 e 2013 aceleraram sua transformação em uma organização mais fortemente gerenciada e hierárquica. Para evitar a ascensão de facções e uma tendência ao anarquismo, o controle vertical se acentuou. Após um desempenho frustrante nas eleições de 2014 para o Parlamento Europeu, Grillo e Casaleggio intervieram para reprimir disputas internas entre deputados e senadores do partido. Em meados de 2017, Grillo havia usado seu blog para expulsar do movimento 21 deputados e 19 senadores (quase um quinto da bancada do M5S na Câmara e mais de um terço de sua bancada no Senado).⁷ Enquanto isso, após um breve experimento envolvendo uma diretoria composta por cinco membros, Luigi Di Maio emergiu como a “cabeça política” do movimento, com o apoio de Grillo após uma votação realizada via internet.

A mensagem é clara: se o pluralismo interno ameaça a unidade do partido ou a credibilidade de sua liderança, essa liderança não mais tolerará o pluralismo. Desse ponto de vista, o M5S se parece com um partido revolucionário leninista. A “ditadura do proletariado” foi substituída por uma espécie de “ditadura popular”. Uma autodesignada elite composta por tecnocratas que dominam a rede assumiu a responsabilidade de liderar a revolução política que dará novo significado ao princípio de soberania popular.

O sucesso eleitoral também transformou o M5S em outros aspectos. Grillo sempre se recusou a definir o movimento em termos de direita e esquerda, preferindo usar termos como “acima” ou “além” da política. No entanto, não há dúvidas de que originalmente o movimen-

to possuía uma ideologia de esquerda e ativistas de esquerda. As cinco estrelas de seu logo representavam basicamente políticas de esquerda: desenvolvimento sustentável, rede pública de abastecimento de água, meio-ambiente, transporte público e conectividade digital.

Outros posicionamentos à esquerda do centro político sempre estiveram em destaque em sua plataforma, como as críticas à globalização, ao consumismo e às corporações multinacionais, ao mesmo tempo em que defendia uma “renda cidadã”. É verdade, no entanto, que o movimento também defendeu outras bandeiras que não se encaixam no espectro esquerda-direita, como o combate à corrupção e o “euroceticismo”. Também há outros tópicos, como imigração, sobre o qual a posição do partido é claramente de direita.

Traços do esquerdismo original do movimento também podem ser observados na orientação política de sua base. Seus primeiros ativistas eram antigos simpatizantes de partidos de esquerda que não conseguiam expressar suas demandas por meio dos canais tradicionais. Dados eleitorais mostram que, quando o partido começou a disputar eleições locais, a maioria de seus eleitores eram desertores de partidos de esquerda mais antigos

Mas o sucesso na escala obtida pelo M5S exigiu um apelo mais amplo tanto em termos de ideologia como em função de características sociodemográficas.⁸ Em 2010, os eleitores de esquerda representavam cerca de metade de seu total de apoiadores. Mas, em 2015, haviam caído para um terço, enquanto os eleitores de centro-direita haviam passado de 11% para 31%. Ao decidir compartilhar o poder com a Liga, uma agremiação claramente à direita do espectro político, o M5S perderá a capacidade de se apresentar como sendo “todas as coisas para todos os eleitores”?

Resumindo, o M5S é um partido de muitas bandeiras, algumas delas contraditórias, cujo carismático fundador é agora um líder quase

invisível. O movimento ataca a imprensa, mas, diferentemente de todos os outros partidos populistas na Europa, defende o Judiciário. Propõe democracia direta, mas possui uma organização vertical e pouco transparente. É baseado na internet, mas também tem apelado para comícios de massa para construir identidade. Sua sede está no norte (a Casaleggio Associates tem sede em Milão, cidade-natal de Casaleggio), mas sua nova base eleitoral se concentra atualmente no sul. É, em larga medida, um partido de esquerda, mas governa com um parceiro muito mais à direita. Por fim, com a chegada ao poder, tem o desafio de transformar críticas e protestos em políticas governamentais. Não será uma tarefa fácil para uma força política que não dispõe de experiência nem de competência e agora vê-se envolvida em um relacionamento cooperativo-competitivo com um partido bem mais organizado e coeso, a Liga.

Liga: do regionalismo ao nacionalismo

Diferentemente do M5S, a Liga não é um partido novo. Na verdade, é o partido mais antigo da Itália, embora tenha sido fundado em 1991 pelo político regionalista Umberto Bossi, reunindo vários movimentos autonomistas ao longo do Vale do Pó (norte do país). Até recentemente, o partido de Bossi era uma agremiação regional (e regionalista). Não era explicitamente de direita. Era chamada de Liga *Norte* porque pretendia liderar um movimento de secessão do Norte do resto da Itália e fundar uma nova “República Federal da Padânia” (um nome mais antigo para o Vale do Pó).

Depois de formar uma aliança com Berlusconi em 2000, a Liga (a expressão “Norte” foi oficialmente abandonada, embora permaneça no nome oficial do partido no estatuto) substituiu o separatismo pelo federalismo, embora nunca tenha abandonado suas raízes regionalistas ou sua promessa formal de conferir soberania à sua área de origem em relação à República Italiana.

A Liga original também era um partido populista. Sua retórica chamava o governo central de “Roma ladrona”, um ninho de elites corruptas supostamente dispostas a explorar os trabalhadores nortistas para manter os “preguiçosos e esbanjadores” sulistas. As coisas mudaram durante os cinco anos que a Liga passou governando a Itália em aliança com a Força Itália (2001-2006). Mas os apelos populistas e regionalistas nunca desapareceram de fato do discurso de Bossi.

Sob a liderança de Matteo Salvini, que assumiu o controle do partido em 2013, a Liga segue sendo populista, mas não mais regionalista. Salvini têm-se dedicado a transformar a antiga Liga Norte em uma Liga Nacional, algo como a Frente Nacional, de Marine Le Pen, na França. Sua estratégia tem se beneficiado de uma das muitas peculiaridades do sistema político italiano: a ausência de um partido nacional de direita (a Força Itália é nacional em escopo, mas perto demais do centro para ser considerada de direita). A Liga Norte de Bossi possuía tendências de direita, mas tinha uma base regional. A Liga de Salvini tornou-se um partido nacional de direita. Ao longo do processo, o patriotismo substituiu o regionalismo. A Itália ocupou o lugar da Padânia. A UE e os imigrantes assumiram as posições antes ocupadas por Roma e os sulistas como os inimigos do povo. E o componente de direita se tornou mais radical.

Essa mudança ocorreu por fases. No início, a UE era o principal alvo da Liga. Depois, como mostra uma análise da atividade da Liga no Facebook, os temas interligados da imigração, da segurança pública e do terrorismo se tornaram as questões mais salientes.⁹ O principal slogan eleitoral de 2018, inspirado por Donald Trump, foi “italianos em primeiro lugar”. Salvini, assim como o presidente americano, tem aversão à globalização e possui uma percepção astuta sobre como usar as redes sociais. O euroceticismo não desapareceu por completo, mas ficou em segundo plano. Comparado a ele, a imigração possui um potencial eleitoral muito maior, e Salvini soube explorá-lo.

A imigração está atualmente em segundo lugar na lista do Eurobarômetro das questões mais importante para os italianos, perdendo apenas para o desemprego. A retórica xenofóbica de Salvini repercute positivamente em boa parte do eleitorado que deseja o fim do fluxo de imigrantes e refugiados, que tais eleitores enxergam como “invasores” e uma ameaça à identidade nacional.

Os imigrantes atualmente representam 8% da população italiana de 61 milhões, mas, de acordo com um estudo de agosto de 2018, a maioria dos italianos estima que a proporção de imigrantes na população chegue a 25% — a maior lacuna entre proporção real e estimada na Europa.¹⁰ Como a superestimação da proporção de imigrantes também tende a se correlacionar com maior hostilidade em relação aos mesmos, há mais do que mera falta de informação em jogo por trás dessa percepção equivocada.

Salvini foi bem-sucedido ao explorar o tema da imigração para nacionalizar seu partido. Suas ações enquanto ministro do Interior contra organizações da sociedade civil que resgatam imigrantes no mar Mediterrâneo e os levam até portos italianos aumentaram sua credibilidade junto aos eleitores. Em um clima marcado por uma profunda desconfiança em relação à classe política, ele é visto como uma pessoa que cumpre o que promete. As ações da Liga em relação à imigração trouxeram um duplo benefício. Por um lado, muitos italianos sentem que atualmente algo está sendo finalmente feito para barrar a imigração ilegal. Por outro lado, a crítica da UE à política de Salvini permite a ele se apresentar como o líder de que a Itália precisa para proteger seus interesses diante de Bruxelas (sede da Comissão Europeia).

Não há dúvida de que a estratégia de Salvini está dando resultados. Atualmente, a Liga é o partido de direita mais bem-sucedido da Europa Ocidental.¹¹ Mas persiste uma ambiguidade em relação a quão regional ou nacional é o partido — poucas semanas após disputar as eleições gerais de 2018 como Liga, disputou como Liga Norte em uma

eleição regional no Norte e como Liga em uma eleição regional no Sul — mas, até o momento, isso não prejudicou Salvini. É uma Liga à *la carte*. Mais cedo ou mais tarde, no entanto, a coexistência da velha Liga Norte com a Liga terá de ser repensada. O abandono da palavra “Norte” do logo eleitoral, mas não do estatuto do partido, não funcionará para sempre. Esse foi um ato não apenas “não oficial”, mas “não discutido” — Salvini fez essa alteração por conta própria via redes sociais, ignorando tanto a máquina partidária nacional como a regional. Os líderes regionais do partido vêm pactuando com isso até então, mas por trás da questão da marca mora uma questão mais substantiva: por quanto tempo os interesses do eleitorado da Liga ao norte podem ser reconciliados com os do M5S e seu reduto eleitoral mais ao sul?

Até aqui, o sucesso eleitoral silenciou toda e qualquer crítica pública, mas permanece o problema de como adaptar as regras, a organização e os quadros da velha Liga Norte à nova Liga. Superar esse problema não será tarefa fácil, então Salvini escolheu postergá-lo. Ele sabe que, para muitos ativistas da Liga Norte, que ainda representam a espinha dorsal do partido, a mudança será uma importante ruptura política e emocional. Enquanto isso, o partido encontra-se numa espécie de limbo e muitos de seus membros estão perplexos e desorientados.

Para termos uma pista de para onde as coisas estão caminhando, podemos retornar a dezembro de 2017, quando Salvini criou à parte um novo partido chamado “Liga pelo Primeiro-Ministro Salvini”, cujo estatuto não continha nenhuma referência ao Norte. Até o momento, essa Liga Salvini é uma carcaça vazia, mas também é o prenúncio do que Salvini imagina que a Liga possa se tornar. Ele pode estar esperando consolidar seu sucesso com um bom desempenho nas eleições para o Parlamento Europeu em maio de 2019, para então convocar um congresso do partido que lançará formalmente seu novo partido.

Populistas versus a UE

A Liga e o M5S governam juntos, mas com divergências entre eles. Representam tipos diferentes de populismo e eleitorados diversos. Ambos possuem uma visão de democracia baseada em uma concepção não muito precisa de soberania popular. E têm um alvo em comum: as tecnocracias nacionais e internacionais, inimigas do povo.

No entanto, cada partido possui uma resposta diferente à crise de representação democrática. A ideia do M5S é utópica: usar a rede para abolir definitivamente a influência das elites sobre a política em favor da democracia direta. A Liga não possui tamanha ambição. Para o partido de Salvini, a missão é o nacionalismo — ou seja, retomar o controle das fronteiras (em resposta à imigração ilegal) e das políticas nacionais (em relação à EU).

A crítica à Europa, que havia sido deixada um pouco de lado durante a campanha eleitoral por razões pragmáticas, tornou-se novamente uma questão premente. De fato, é hoje a questão mais relevante. É aí que a promessa de restaurar a soberania une os dois partidos. É difícil para o M5S, um partido que defende a democracia direta, aceitar a legitimidade de decisões tomadas por instituições europeias não eleitas (como a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu). Ambos os partidos contestam a dimensão supranacional da integração europeia, sem defender (por enquanto) uma rejeição à ideia de uma união. Agora que estão no poder, a Itália encontra-se em um ponto de inflexão delicado.

A proposta orçamentária de 2019 tornou-se o campo de batalha entre o atual governo e a tecnocracia europeia. É o teste que revelará a real intenção dos dois partidos populistas. Desde 2011, com o governo de Mario Monti, e continuando com os ministérios de centro-esquerda entre 2013 e 2018, a Itália vem buscando seguir um caminho de consolidação fiscal aprovado pelas instituições da UE. Houve ocasionais

desvios dessa trajetória em nome de um pouco de flexibilidade, mas eles sempre foram negociados com Bruxelas e sem alterar a tendência de redução da imensa dívida pública italiana.

Essa dívida, que atualmente representa 132% do PIB, é proporcionalmente uma das mais altas do mundo. Na UE, apenas a Grécia possui uma relação dívida/PIB pior. Para controlar esse risco nacional, a Itália concordou com Bruxelas em diminuir o déficit estrutural anual do país para zero até 2020. As metas aprovadas pelo governo anterior demandavam um déficit fiscal da ordem de 1,6% e 0,8% do PIB em 2018 e 2019, respectivamente.

No início de dezembro de 2018, o M5S e a Liga decidiram abandonar o caminho de redução do déficit. Desejam adotar uma política econômica expansionista, com um déficit fiscal da ordem de 2,4% do PIB em 2019 e 2,1% para os dois anos seguintes. O objetivo do equilíbrio fiscal foi postergado indefinidamente. Resumindo, o novo governo populista quer substituir o velho paradigma econômico baseado na austeridade e em reformas estruturais por um novo conjunto de políticas visando a retomada do crescimento econômico.

Esses acontecimentos prepararam o terreno para um duplo confronto. O primeiro tem sido uma luta interna na Itália. Dentro da equipe ministerial, o ministro da Economia (representante do grupo dos tecnocratas) vem tentando controlar o déficit, até o momento sem sucesso. O Banco da Itália, a administração previdenciária, a Controladoria Geral e a comissão de orçamento do Parlamento questionaram os pressupostos por trás do plano fiscal do atual governo, sua viabilidade e seu impacto na economia. Os partidos no poder ignoraram esses questionamentos e, pior, colocaram em dúvida a independência das instituições que os fizeram.

De maneira tipicamente populista, essas instituições foram lembradas de que não foram eleitas e não representam a vontade do povo. Vi-

mos um movimento de tendência iliberal em outros países ocidentais. Estamos assistindo à sua ascensão na Itália? Um desrespeito por freios e contrapesos e uma propensão a atacar instituições independentes são sinais bem conhecidos. Quão longe as coisas irão na Itália pode depender do resultado de um segundo confronto, o que coloca a Itália contra a UE.

Com sua política econômica hostil, o governo decidiu desafiar Bruxelas (e, com isso, o FMI, as agências de avaliação de risco e o mercado financeiro). A Comissão Europeia vem criticando o governo Liga-M5S por violarem flagrantemente o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE (adotado para evitar que políticas fiscais irresponsáveis por parte de alguns países-membros comprometessem a estabilidade macroeconômica dos demais; entre as regras acordadas estão um déficit público de no máximo 3% do PIB e dívida pública não superior a 60% do PIB), bem como compromissos feitos por governos anteriores. A UE estará disposta a aplicar sanções e multas, previstas no pacto, em caso de déficit excessivo por parte da Itália? Ainda não se sabe, mas sabemos que, desde as eleições de março de 2018, o *spread* entre os títulos da dívida italiana a dez anos e seu equivalente alemão mais do que dobrou, com a taxa de juros da dívida italiana aumentando de 2% para 3,6%.

No que se refere aos custos de serviço da dívida, Portugal e Espanha estão atualmente em uma posição melhor do que a Itália. Qualquer aumento adicional desses custos poderia desencadear um colapso da confiança no pagamento da dívida em um período de alta das taxas de juros norte-americanas e de planos do Banco Central Europeu de reduzir a compra de títulos soberanos. O risco de uma crise econômica e fiscal é alto, mas os dois partidos populistas parecem não se importar — e cerca de 60% da população ainda os apoia.

Os italianos se tornaram muito mais “eurocéticos” do que costumavam ser, mas, assim como os gregos, não querem abandonar o euro

(moeda comum europeia). A confiança na UE pode estar muito abaixo de seu ápice nos anos 1980, mas as atitudes em relação à moeda comum são diferentes. É o que mostram pesquisas de opinião pública de maneira consistente. Na mais recente pesquisa do Eurobarômetro (realizada em março de 2018, pouco tempo depois das eleições gerais italianas), 61% dos respondentes italianos afirmaram ser favoráveis ao euro, e outros 10% não opinaram. Em uma pesquisa mais recente realizada pela IPSOS,¹² a porcentagem daqueles que disseram desejar permanecer na Zona do Euro foi exatamente a mesma. A maioria dos italianos, assim como a maioria dos gregos, sentem que a UE não fez o bastante por eles. Mas as majorias tanto na Itália como na Grécia também sentem que abandonar o euro seria uma imprudência ou uma aventura.

Esse quadro ambíguo deveria sugerir cautela aos dois partidos populistas. Até o fim de 2018, entretanto, não se observou tal sentimento de cautela. É verdade que, após o início das hostilidades contra a UE, o governo italiano assumiu uma posição mais conciliatória no fim de novembro, anunciando uma meta de déficit fiscal de 2% em vez de 2,4%. Mas ainda não se sabe se essa será a meta final e se a UE a aceitará.

De qualquer modo, é impossível afirmar neste momento se essa mudança de atitude é uma manobra tática ou uma decisão estratégica. Tanto a Liga como o M5S possuem fortes incentivos para contestar domesticamente a UE e sua ortodoxia. Por trás de sua posição assertiva estão motivações domésticas e internacionais. A dinâmica interna da coalizão populista está mudando. Eleitoralmente, a Liga está onde o M5S estava em março de 2018. De acordo com pesquisas de opinião, a Liga possui hoje mais apoio do que qualquer outro partido, enquanto o M5S viu seu apoio diminuir. A imigração fez a diferença, sem impacto no orçamento público. Para acompanhar seu parceiro na coalizão, o M5S terá que cumprir sua promessa de oferecer uma “ren-

da cidadã”. O que quer que ela represente para a situação fiscal da Itália, é uma proposta popular entre os eleitores sulistas que compõem a maior parte da base do M5S. Mas é muito menos popular entre parte do eleitorado da Liga ao norte.

Na frente europeia, as iminentes eleições para o Parlamento Europeu (sediado em Estrasburgo) estão delineando o confronto entre Roma e Bruxelas. Para a Liga e o M5S, a campanha oferecerá uma excelente oportunidade para demonstrar que a UE é incapaz de resolver os problemas com os quais as pessoas realmente se importam, como crescimento econômico e imigração.

Nessa frente, a Liga tem se movimentado mais rapidamente do que o M5S. Nos últimos meses, Salvini tem trabalhado com Marine Le Pen e o primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán para criar um bloco europeu de partidos populistas e nacionalistas. O objetivo de curto prazo é conquistar cadeiras suficientes no Parlamento Europeu para aumentar sua influência sobre futuras indicações para a Comissão Europeia, em Bruxelas. O objetivo de longo prazo é nada menos do que uma revisão radical da arquitetura institucional e das políticas da UE, reduzindo a liderança franco-germânica. A disputa em torno da proposta orçamentária italiana de 2019 é o início de uma luta que pode fazer parte de uma batalha ainda mais longa.

O problema é que nem a UE nem o mercado financeiro parecem dispostos a aceitar a perspectiva de uma Itália que abandone as regras de estabilidade fiscal e aprofunde seu endividamento. Se o conflito piorar — e levar a um aumento das taxas de juros italianas —, pode haver outra crise financeira similar àquela de 2001 que tirou Berlusconi do comando do país e levou o então presidente Giorgio Napolitano a indicar para seu lugar o tecnocrata Monti. Dessa vez, no entanto, não se vê uma maioria parlamentar disposta a apoiar uma indicação tecnocrática pelo presidente Sergio Mattarella.¹³

Isso provavelmente implicaria na convocação de eleições antecipadas, nas quais os populistas enfrentarão partidos pró-Europa. Espreitando ao fundo estará a expectativa de que a Itália possa reestruturar sua dívida pública ou abandonar o euro — ou talvez ambos. Nada disso seria bom para a Itália ou para a UE. No momento em que este artigo estava sendo escrito, a probabilidade de isso acontecer não era alta, mas também não era zero. O que é certo é que a Itália permanecerá no limbo por um bom tempo.

Notas

1. Todo o Senado, que tem a metade do número de cadeiras da Câmara (sem contar seis assentos ocupados por senadores vitalícios), também disputava a reeleição. O resultado lá também foi basicamente o mesmo. Os números usados neste ensaio referem-se à Câmara.

2. Alessandro Chiaramonte et al., “Populist Success in a Hung Parliament: The 2018 General Election in Italy”. *South European Society and Politics* (set. 2018), pp. 13-14.

3. Filippo Tronconi (Org.), *Beppe Grillo's Five Star Movement: Organisation, Communication and Ideology*. Farnham: Ashgate, 2015; Piergiorgio Corbetta; Elisabetta Gualmini (Org.), *Il partito di Grillo*. Bolonha: Il Mulino, 2013; Fabio Bordignon; Luigi Ceccarini, “Five Stars and a Cricket: Beppe Grillo Shakes Italian Politics”. *South European Society and Politics*, v. 18, n. 4 (set. 2013), pp. 427-49.

4. Filippo Tronconi, “The Italian Five Star Movement During the Crisis: Towards Normalisation?”. *South European Society and Politics*, v. 23, n. 1 (fev. 2018), pp. 163-80.

5. Lorenzo Mosca, “Democratic Vision and Online Participatory Spaces in the Italian Movimento 5 Stelle”. *Acta Politica* (jun. 2018), pp. 1-18.

6. Ibid.

7. Tronconi, op. cit.

8. Luigi Ceccarini; Fabio Bordignon, “The Five Stars Continue to Shine: The Consolidation of Grillo’s ‘Movement Party’ in Italy”. *Contemporary Italian Politics*, v. 8, n. 2 (ago. 2016), pp. 131-59; Andrea de Pretis; Thomas Poguntke (Org.), *Anti-Parties Parties in Italy and Germany: Protest Movements and Parliamentary Democracy*. Roma: LUISS University Press, 2015.

9. Daniele Albertazzi; Arianna Giovannini; Antonella Seddone, “No Regionalism Please, We Are Leghisti! The Transformation of the Italian Lega Nord Under the Leadership of Matteo Salvini”. *Regional and Federal Studies*, v. 28, n. 5 (set. 2018).

10. Jessica Phelan, “Italians Overestimate Immigrant Population More Than Any Other Europeans: Study”. *The Local* (Itália), 29 ago. 2018. Disponível em: <www.thelocal.it/20180829/italians-overestimate-number-of-immigrants-in-italy-more-than-any-other-europeans-study>.

11. Gianluca Passarelli; Dario Tuorto, *La Lega di Salvini: Estrema destra di governo*. Bolonha: Il Mulino, 2018.

12. Nando Pagnoncelli, “Manovra, Italiani divisi sui richiami Ue: Ma calano i nostalgici della lira”. *Corriere della Sera* (Milão), 14 out. 2018.

13. O presidente da Itália é escolhido para um mandato de sete anos por ambas as casas do Parlamento mais um grupo de 58 eleitores representando cada uma das vinte regiões, as maiores subunidades da República Italiana. O presidente possui o poder constitucional de indicar o primeiro-ministro, que então precisa enfrentar um voto de confiança de ambas as casas do Parlamento. Se o primeiro-ministro não conseguir o voto de confiança do Parlamento, precisa renunciar imediatamente.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#EnsaiosDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes/#RecursosPesquisa>